



A CONCEPÇÃO DE LAZER PARA AGENTES PÚBLICOS QUE ATUAM NA ADMINISTRAÇÃO DE ESPORTE E LAZER EM MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARANÁ¹

Ana Carolina Belther Santos; Luciane Cristina Arantes; Fernando Augusto Starepravo

RESUMO

Este trabalho objetivou identificar e descrever a concepção de lazer dos agentes públicos que atuam na administração de esporte e lazer de municípios paranaenses, especificamente os secretários ou chefes de departamentos/fundações de esporte e lazer. Trata-se de uma pesquisa qualitativa de cunho descritivo na qual utilizamos uma pesquisa semiestruturada para coleta de dados e Análise de Conteúdo (BARDIN, 2011) para analisá-los. Fizeram parte do estudo 68 dos 80 municípios pesquisados no estado no Paraná. A partir da categoria “Compreensão de Lazer” emergiram quatro subcategorias. Os resultados evidenciaram que a maioria dos gestores entrevistados (33,8%) entendem o lazer a partir da variável “tempo”, seguido respectivamente pela variável “atitude” (25%), e pelas duas variáveis “atitude-tempo” (11,8%). Além disso, 29,4% dos entrevistados apresentou concepções que fugiram às ideias de “atitude” e “tempo”, não responderam às questões ou não apresentaram elementos suficientes para classificar sua resposta de acordo com uma das variáveis. Além disso, observamos elementos recorrentes no discurso de alguns entrevistados: classificação de determinadas atividades como de lazer ou não, visão salvacionista do lazer, espaços como requisito para o lazer e lazer em família/ relacionamento.

PALAVRAS-CHAVE: *Conceitos de Lazer; Gestores de Esporte e Lazer; Políticas Públicas.*

¹ O presente trabalho contou com o financiamento do CNPq e Ministério do Esporte.



ABSTRACT

This study aimed to identify and describe the leisure's conception of public managers, specifically the secretaries or heads of departments/ foundations of sports and leisure, responsible for the management of sports and leisure of Parana's cities. It was a qualitative research of descriptive type in which we used a semi structured interview for data collection and content analysis (Bardin, 2011) to analyze them. The subjects were 68 of the 80 cities surveyed in the state of Paraná. Four subcategories emerged from the "Leisure Understanding" category. The results showed that the majority of interviewed public managers (33.8%) understand leisure from the variable "time", followed respectively by the variable "Attitude" (25%), and the two variables "attitude-time" (11, 8%). In addition, 29.4% of respondents had ideas who fled to the ideas of "attitude" and "time", did not respond to questions or did not have sufficient information to classify their response according to one of the variables. Moreover, we observed recurring elements in the speech of some respondents: classification of certain activities such as leisure or not, salvationist vision of leisure, spaces as a condition for leisure and leisure in family / relationship.

KEYWORDS: *Leisure Concepts; Managers of Sports and Leisure; Public policy.*

RESUMEN

Este estudio tuvo como objetivo identificar y describir el diseño del ocio de funcionarios públicos que trabajan en la administración, específicamente los secretarios o jefes de departamentos / fundaciones deportivas y de ocio municipios de Paraná - Brasil. Se trata de una investigación cualitativa de naturaleza descriptiva en que se utilizó una investigación semiestructurada para la recolección de datos y análisis de contenido (Bardin, 2011) para analizarlos. Los sujetos fueron 68 de los 80 municipios encuestados en el estado de Paraná. De la categoría "Descripción de Ocio" surgió cuatro subcategorías. Los resultados mostraron que la mayoría de gerentes entrevistados (33,8%) entender el ocio la variable "tiempo", seguido respectivamente por la "actitud"



variable (25%), y las dos variables "actitud a tiempo" (11, 8%). Además, el 29,4% de los encuestados tenía ideas que han acudido a las ideas de "actitud" y "tiempo" no responder a las preguntas o no tenían información suficiente para clasificar su respuesta de acuerdo con una de las variables. Por otra parte, observamos elementos recurrentes en el discurso de algunas de las respuestas: clasificación de ciertas actividades como el ocio o no, salvacionistas espacios de visión de ocio como una condición para el ocio y la recreación en familia.

PALABRAS CLAVE: Conceptos de ocio; Gestores de Deporte y Ocio; Política pública.

INTRODUÇÃO

Os estudos sobre a temática “lazer” vêm se tornando cada vez mais frequentes nos últimos anos se comparado às poucas produções existentes antes da década de 1970, pelo menos no Brasil, que apareciam na maioria das vezes sutilmente, de forma não sistematizada e atreladas aos estudos sobre trabalho e religião (REIS, 2009). É nesse contexto de expansão da produção científica em lazer no qual o número de grupos de pesquisa sobre a temática aumenta, universidades passam a oferecer cursos específicos de pós-graduação e disciplinas na graduação e encontros para discussão do tema como o Encontro Nacional de Recreação e Lazer (ENAREL) ocorrem, que percebemos a comum preocupação em relação à formação do profissional em lazer (REIS, 2009, MELO; ALVES JUNIOR, 2003).

Conforme aponta Reis (2009), embora a Educação Física continue sendo a principal área de estudo que reúne a maior parte dos pesquisadores de lazer, devido ao seu papel recreacionista desempenhada no início do século XX, a temática “lazer” não é objeto de estudo exclusivo desse campo. Outras áreas do conhecimento como sociologia, filosofia, história, turismo, enfermagem, psicologia, economia, administração, educação, etc, estudam essa temática, fato este que contribui consideravelmente para avanços qualitativos, uma vez que, ao analisar a mesma situação por diferentes ângulos e enfoques, é possível estabelecer uma visão mais ampla do tema.



Ao trazer a figura do “animador cultural”, entendido como profissionais de lazer dos mais diversos campos de intervenção (recreacionista, administrador, etc), Melo e Alves Junior (2003, p. 76) apresentam a problemática relacionada à formação desses profissionais considerando que grande parte deles “não teve acesso a uma formação sólida, e ainda atua de forma no mínimo simplista, para não dizer equivocada”. Em outras palavras, devido à uma tradição histórica e talvez falta de conhecimento a respeito do lazer, a atuação nesse âmbito pode acabar sendo restringida à simples oferta de uma série de atividades, o que leva ao falso julgamento de que lazer é uma área fácil de atuação podendo dessa forma, ser regida por qualquer pessoa independente de sua formação. De acordo com os mesmos autores, essa ideia pode ser explicada pelo caráter não disciplinar da temática, que conseguiria ser acertada com o trabalho multidisciplinar.

Diante disso, recorrendo à base legal sobre a temática, observamos que na Constituição Federal de 1988, o lazer é compreendido no artigo sexto como direito social juntamente com a educação, saúde, alimentação, trabalho, moradia, segurança, previdência social, proteção à maternidade e à infância e assistência aos desamparados. Mais à frente, no artigo 217, parágrafo terceiro destinado ao esporte, o Poder Público é incumbido de incentivar o lazer como forma de promoção social. Nesse sentido, como afirma Menicucci (2006, p. 139), “diferentemente dos direitos civis e políticos, a viabilização dos direitos sociais se faz pela intervenção ativa do Estado de forma positiva, ou seja, por meio de políticas sociais”.

Do ponto de vista da administração pública, de forma geral, o lazer é discutido juntamente com os projetos do setor esportivo, uma vez que institucionalmente o órgão responsável por ambos é o mesmo. Para melhor entender como se deu a constituição desse subcampo político/burocrático de esporte e lazer, Starepravo (2011) em uma das sessões de sua tese de doutorado dedicou-se a escrever uma sociogênese da intervenção estatal no esporte e lazer, uma vez que para ele “os pilares dessa intervenção impactam até hoje na forma de se fazer políticas públicas de setor” (STAREPRAVO, 2011, p. 184-185).

No que diz respeito às ações públicas relacionadas ao setor de lazer, Isayama e Linhales (2006, p. 09), salientam a necessidade de considerar “a apropriação que a



iniciativa privada faz dessas práticas, transformando os sujeitos em consumidores de diferentes produtos relativos ao campo do esporte e do lazer”. Corroborando com o apresentado, Starepravo (2011, p. 251) explica que “o subcampo político/burocrático de esporte e lazer, que emerge a partir da década de 1930 no Brasil, e se consolida durante todo o século XX e início do século XXI, é por princípio um espaço de coexistência de interesses públicos e privados”. Ou seja, de acordo com o autor, o subcampo político/burocrático do esporte e lazer funciona como se fosse uma balança que em um momento se inclina para atender aos interesses privados e em outro momento tende a atender interesses coletivos/públicos.

Com o propósito de iniciar a delimitação de nossa pesquisa, faz-se necessário buscar definições a respeito do objeto. Nesse sentido, em relação às concepções de lazer, Padilha (2000) esclarece que este pode ser entendido de acordo com duas variáveis básicas: “atitude” e “tempo”. Para a autora, na variável “tempo” o lazer é visto com a ideia de tempo livre, de liberação do trabalho e de todas as atividades diárias obrigatórias com a sociedade. Nesse sentido, Padilha cita Bacal (1988) para explicar a variável "tempo" sendo que para ela, "tempo necessário" é todo o tempo utilizado para a execução das atividades de trabalho, "tempo liberado" é tempo que o homem possui após o tempo necessário e "tempo livre" é uma parte do tempo liberado que pode ser utilizado para fazer algo de sua escolha, compreendendo, portanto, o lazer e ócio nesse tempo livre.

O lazer como "atitude" por sua vez, é caracterizado como "uma relação entre o sujeito e a experiência vivida de forma que ela propicie satisfação; assim até o trabalho pode ser uma atividade de lazer" (PADILHA, 2000).

Dito isso, buscando neste momento um enfoque maior no que diz respeito aos agentes envolvidos no processo de elaboração e efetivação de políticas referentes ao lazer, bem como a efetivação do direito constitucional ao lazer, torna-se importante esclarecer que

o entendimento analítico do processo de formação de uma política pode contribuir para a identificação dos caminhos a percorrer e, ao mesmo tempo, desmontar esperanças em um ativismo estatal isolado da construção social de um ideário ao lazer, processo que



envolve uma **definição de lazer** e de políticas de lazer, dos princípios e diretrizes a orientar essa política, dos conteúdos principais e das formas de sua implementação (MENICUCCI, 2006, p. 141, grifo nosso).

Nessa perspectiva, entendemos como o conceito de lazer por parte dos gestores pode ser determinante quando pensamos esses profissionais como agentes² responsáveis pela elaboração e implementação de políticas para esporte e lazer, ou até mesmo professores responsáveis pela promoção de lazer. Assim, o objetivo do presente estudo foi identificar e descrever a concepção de lazer de agentes públicos que atuam na administração de esporte e lazer, especificamente os secretários ou chefes de departamentos/ fundações de esporte e lazer, de municípios do estado do Paraná - Brasil.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este trabalho caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa de cunho descritivo e em um recorte de um projeto de pesquisa³ maior que encontrou-se em andamento até junho de 2016 e teve apoio financeiro do CNPq e do Ministério do Esporte.

No presente estudo foram utilizados dados de 68 dos 80 municípios investigados na pesquisa maior. Tal corte da amostra foi realizado devido a problemas técnicos que aconteceram no processo de execução e transcrição das entrevistas. Como dito anteriormente, a coleta de dados se deu por meio de uma entrevista semiestruturada composta por 35 questões de diversas temáticas (ex: conceito de esporte, conceito de lazer, tempo de experiência com gestão em esporte e lazer e espaços para realização de ações de

² Conforme sugere Bourdieu (2004), agentes são atores que interagem e trocam relações objetivas entre si em determinados espaços. Utilizando como exemplo a administração pública, entendemos como agentes todos os atores envolvidos no processo de formulação e implementação de políticas públicas.

³ Tal pesquisa tem como objetivo diagnosticar e analisar o modo de ação e principais características dos agentes públicos que atuam na administração de esporte e lazer, especificamente os secretários ou chefes de departamentos/fundações de esporte e lazer de municípios do estado do Paraná - Brasil. Para tanto, utilizando o sorteio como critério, foram selecionados e visitados 80 municípios do estado do Paraná divididos em grande porte (100.001 - 900 mil habitantes), médio porte (50.001 - 100.000 habitantes), pequeno porte II (20.001 - 50 mil habitantes) e pequeno porte I (até 20 mil habitantes) e realizadas entrevistas semiestruturadas com seus respectivos agentes. Dentre as temáticas abordadas na entrevista, o conceito de lazer por parte dos agentes foi uma das questões.



esporte e lazer disponíveis na cidade, etc) realizada com secretários ou chefes do departamento municipal de esporte dos municípios pesquisados das quais selecionamos uma pergunta, referente ao conceito de lazer, para analisar. Após a transcrição das entrevistas, construímos uma matriz analítica cuja categoria principal era "Compreensão de Lazer" e tinha como subcategorias as variáveis "Tempo" e "Atitude", entendidas por Padilha (2000) como as duas variáveis básicas para o entendimento de Lazer.

Para o tratamento dos dados fizemos uso da técnica de análise de conteúdo proposta por Bardin (2011, p. 37) a qual é entendida como "um conjunto de técnicas de análise das comunicações", que faz uso de procedimentos sistemáticos e objetivos para a descrição do conteúdo das mensagens.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para analisar as respostas, foi necessário esclarecer algumas concepções importantes e estabelecer alguns critérios. O primeiro deles é o entendimento de "obrigação" como dever ao qual as pessoas estão sujeitas podendo ele ser de ordem jurídica, social ou imposto por ela mesma. Desta forma, entendemos que o trabalho, os estudos e a prática regular de atividade física, por exemplo, podem ser obrigações de determinada pessoa, porém podem não ser de outra pessoa.

Nessa perspectiva, de acordo com Elias e Dunning (1992 *apud* REIS, 2009, p.52)

o grau de compulsão social, ou seja, o grau de obrigatoriedade a que os indivíduos estão sujeitos frente às atividades do tempo livre e do tempo de trabalho também não são fixos, variando de atividade para atividade. Está aí outra característica diferenciadora significativa para a interpretação das atividades do lazer. No âmbito do lazer, a relativa possibilidade de escolha do tipo de atividade a ser experimentada, assim como a espontaneidade para com o seu início e término, refletem o certo grau de autonomia e liberdade que o indivíduo detém no vivenciar de práticas desta natureza – muito diferente, por exemplo, do comprometimento necessário à execução de determinadas rotinas ou da obrigação imposta por terceiros (família, patrão, amigos, por exemplo) para o desempenho de certas atividades. A escolha individual das atividades de lazer, diferentemente das atividades que são executadas em função de outros possibilita aos indivíduos atenderem as suas próprias necessidades e vontades, enfim, a sua própria satisfação.



Consideramos também que a satisfação, o divertimento e o prazer podem estar presentes tanto na variável "atitude" como na variável "tempo", estando esta última presente na atividade escolhida ou não para ser praticada no tempo livre. Assim, na variável "atitude" uma pessoa pode praticar exercício físico somente para fins de divertimento e não de saúde por exemplo; o inverso também é verdadeiro. Nessa perspectiva, sugere-se que a classificação pode variar se considerarmos o objetivo do sujeito. Portanto, nesta pesquisa, consideramos apenas o olhar do agente (secretário ou diretor) sobre o lazer e não no que esse agente acredita que as pessoas (cidadãos) têm como objetivo quando procuram atividades de lazer.

No quadro abaixo, podemos visualizar quantitativamente as respostas dadas pelos agentes.

Quadro 1 – Concepção de lazer para agentes públicos que atuam na administração de esporte e lazer em municípios do estado do Paraná

CATEGORIA	SUBCATEGORIAS	TOTAL DE RESPOSTAS	PERCENTUAL
COMPREENSÃO DE LAZER	TEMPO	23	33,8%
	ATITUDE	17	25%
	ATITUDE-TEMPO	08	11,8%
	NÃO IDENTIFICADA	20	29,4%
	TOTAL	68	100%

Os resultados sugerem que dentre os 68 agentes públicos do SNEL que investigamos nesse estudo, 23 deles, o que corresponde a 33,8% do total, nos mostraram elementos que classificam sua concepção de lazer pela variável “tempo”, na qual o lazer está compreendido no tempo de não trabalho e/ou obrigações diárias. Para melhor visualizar tal entendimento na perspectiva dos entrevistados, podemos observar a explicação de lazer de acordo com o G3 na qual lazer é compreendido como “toda atividade que você faz, no período que você está em ócio, que você faz por prazer [...], que não tem nenhuma regra específica a seguir.”

Na classificação de lazer pela variável “tempo”, observamos em vários discursos a promoção deste por meio das ruas de lazer, como é o caso do explanado pelo G25:



Nós temos um projeto aqui, um programa no nosso planejamento, que chama-se “rua do lazer”. Então uma vez por mês a gente reúne a comunidade, nós temos vários parques aqui né? Parques, temos academias ao ar livre. Então a gente faz o convite e leva pra comunidade a rua de lazer. Ai participa o pai, participa o filho, a mãe, quem sabe a irmã, as crianças. A gente tem piscina de bolinha, tem brinquedo à vontade, tem mini vôlei, tem xadrez, tem perna de pau, tem tudo o que você precisa para uma rua de lazer. [...].

A partir do exposto pelo G25, é possível entender a classificação de tal discurso na variável “tempo” se considerarmos que essas ruas de lazer acontecem em dias e horários que permitam que a família como um todo participe das atividades oferecidas e de modo voluntário.

Cabe ressaltar que quando os entrevistados deram exemplos de atividades de lazer que propõem em suas cidades em datas comemorativas, consideramos que sua explanação a respeito da concepção de lazer aproximava-se mais da variável “tempo”, já que supostamente essas atividades não são regulares, além de que a população participaria mediante seu desejo e em seu tempo de não obrigação.

Em relação à variável "atitude", na qual o lazer é concebido como um estilo de vida, vimos que 17 agentes, 25% do total, parecem entender o lazer nessa perspectiva. Como exemplo podemos utilizar o discurso do G27 que ao falar sobre seu trabalho enquanto agente responsável por promover o esporte em sua cidade, transforma essa obrigação em lazer, uma vez que não encara esta como trabalho, pois gosta de fazê-la. Citando caso análogo, podemos observar o discurso do G59: “O lazer pra mim é esporte... Eu pratico esporte até hoje. [...]. Dou treino pra criançada aí... e comigo é futebol... eu gosto de futebol”. Ainda nessa perspectiva, cabe citar o discurso do G2:

O esporte nada mais é que o lazer. [...]. A secretaria que trabalha isso, traz a população pro lado do esporte, eu falo, não é só caminhada; caminhada também é esporte. Nós temos aqui as pistas de caminhada, nós temos tudo. Agora nós temos uma ATI em tudo quanto é lugar. Nós temos um projeto afim que faz avaliações nas pistas de caminhada em todo mundo que pratica.

Como vimos nos três casos apresentados acima, três obrigações instituídas seja socialmente, juridicamente ou pelo próprio agente, foram transformadas ou “encaradas” em/como lazer devido à sua satisfação de cada um deles em realizá-las.



Observamos também que 08 agentes, o que corresponde a 11,8% do total, veem o lazer em uma perspectiva que compreende as duas variáveis. Sobre isso, cabe citar os casos apresentados pelos entrevistados G39 e G79, nos quais ambos relatam que em suas cidades são realizados jogos em que os atletas por gostarem e sentirem prazer por jogar enquadrariam-se na variável “atitude” e o público em geral (família, amigos, e demais pessoas que vão apreciar os jogos), entrariam na categoria “tempo”, uma vez que estes estariam se divertindo no seu tempo de não obrigação. É válido ainda ressaltar que entendemos que talvez os familiares que vão assistir aos jogos, fazem isso devido à uma obrigação socialmente estabelecida e caso classifiquem este momento como de lazer, logo poderíamos classificar esse lazer também pela subcategoria “atitude”.

Ainda pensando na concepção de lazer pela classificação “atitude-tempo”, podemos analisar o discurso do G21:

[...] e a parte do lazer a gente separou mais ou menos meio lazer, qualidade de vida assim. A gente separou as aulas de ginástica, o trabalho com o pessoal da terceira idade, e os eventos de lazer que chama de espaço comunidade. Então uma vez por mês a gente vai em cada praça. A gente monta uma estrutura de brinquedo inflável, com brincadeira, jogos. E essa outra parte que a gente separou, a gente separou passeio ciclístico como lazer.

Com base na forma como o G21 dividiu as atividades de lazer, podemos inferir que na primeira divisão, em relação às atividades físicas para os idosos, a compreensão de lazer se dá por meio da variável “atitude”, diferentemente da segunda divisão realizada pelo gestor, no qual considera-se a utilização de um espaço para a realização de jogos e disponibilização de brinquedos para a população. Pressupõe-se que tal atividade acontecerá em momentos que a comunidade possa participar, ou seja, em seu tempo de não obrigação, sugerindo assim, a classificação pela variável “tempo”.

Por fim, 20 agentes, o que corresponde a 29,4%, pareceram dispor concepções de lazer a partir de outras variáveis, não responderam diretamente à questão e/ou não apresentaram elementos que pudessem caracterizar lazer em uma dessas variáveis. Como exemplos, podemos citar os discursos do G26, G35 e G47.



Quando questionado sobre seu entendimento acerca do lazer, G26 relata que a primeira palavra que vem à sua cabeça é carência. De acordo com ele, no município onde reside quando os órgãos responsáveis têm alguma iniciativa a respeito do lazer, levando aos bairros estruturas como cama-elásticas, mini vôlei, mini basquete, etc, observam o quão pouco eles ofertam nesse sentido, uma vez que isso que parece simples, para uma criança que não tem contato, é bastante importante. Nesse sentido, se considerássemos a iniciativa em si de levar atividades para os bairros em um horário que as crianças e demais pessoas da comunidade pudessem participar, poderíamos classificar a partir da variável “tempo”. No entanto, no discurso do G26, não há elementos suficientes para tal classificação. Além do mais, o entrevistado foge à pergunta, não deixando clara sua visão em relação à definição de lazer.

O G35 por sua vez, explica que visualiza o lazer

como uma questão de melhor convívio social da população em geral, que se a gente fica somente voltado pra nossas categorias das classes iniciais que a gente pega acaba deixando a população um pouquinho de lado e a gente tem que cuidar muito da criança porque a gente é um órgão que tem que proporcionar esse lazer para a população em geral né. E às vezes o dia a dia da gente é estressante e a da população é igualmente. A gente vê [o lazer] como fator para reduzir os níveis de stress mesmo principalmente pro convívio da população, uma socialização da cidade. Esse é o nosso lazer que a gente proporciona.

A partir do explanado pelo G35, observamos que não há elementos que classifiquem o lazer considerando as variáveis “atitude” e “tempo”. Nesse caso, o entrevistado concebe o lazer como fator importante para diminuição do stress, porém sem dizer de que forma, bem como considera o lazer uma forma de socialização para melhor convívio da população.

Na sequência, o G47 define o lazer como “uma grande ferramenta para [...] desenvolver a qualidade de vida”, o que não nos proporciona elementos suficientes para classificar seu entendimento em nenhuma das categorias principais (“tempo”, “atitude” ou “atitude-tempo”).

Além das questões referentes às subcategorias da presente pesquisa já apresentadas acima, consideramos interessantes e importantes de serem destacados alguns outros pontos



que apareceram nas entrevistas analisadas. O primeiro deles refere-se ao fato de alguns gestores considerarem determinadas atividades como exclusivamente atividades de lazer, como é o caso do retratado abaixo pelo G41:

Na verdade, o lazer eu vejo assim: nós temos 56 comunidades e a gente vê que desde a bocha, o pessoal vai para um jogo de bocha para se divertir um pouquinho mais. [...]. Agora a gente está colocando o xadrez, o pessoal está envolvendo um pouco mais de lazer mesmo, então dança, conta tudo.

Da mesma forma, percebemos na entrevista do G34 que nem toda e qualquer atividade é considerada lazer. De acordo com ele, atualmente o comodismo e a internet são atividades que impedem o lazer, uma vez que o lazer deve ser voltado para o relacionamento, especialmente o familiar de forma a ser realizado com toda a comunidade e propiciando atividades recreativas como por exemplo brincadeiras da época de sua infância. Nesse sentido, para o G34, a internet não pode ser lazer.

Dumazedier (1980 *apud* MARCELLINO, 2003, p. 50) ao propor sua classificação de conteúdos que tem por base a distinção entre os interesses analisados no lazer, distingue cinco áreas de atividade, sendo elas artísticas, intelectuais, manuais, sociais e físicas. Levando em consideração a classificação proposta pelo autor e analisando o discurso do G34 podemos presumir que a concepção de lazer do gestor não considera todas as áreas de interesse mencionadas, excluindo, portanto, o uso da internet como atividade de lazer (se a classificarmos como de cunho social ou intelectual).

Observamos também que alguns entrevistados quando questionados sobre o que entendem por lazer, citam em suas respostas lugares nos quais podem acontecer atividades de lazer, o que sugere que o lazer para eles está condicionado à disponibilidade ou não de espaços, fato este que pode ser crucial na discussão acerca da gestão em lazer nas cidades do estado do Paraná. Como exemplos podemos citar o G17 que em sua conceituação de lazer explica que este é “divertimento, digamos assim... ter onde você ir, fazer uma atividade, digamos, você ter um campo, um parquinho. Digamos, que ‘agora eu estou com vontade jogar um vôlei’, ai eu tenho essa praça pra fazer”. Nessa mesma perspectiva, o



G48 em seu discurso, tenta explicar a definição de lazer a partir de uma experiência que teve:

Lá a gente participou do jogo de futebol, mas tinha lá uma represa, tinha lugar pras crianças brincar em cima, tinha lugares pra você pescar, tinha riozinho, tinha lugar pra você andar de barco, essas coisas. Então é lazer, você está tendo lazer ali. Lugar bom de você levar a família, eu penso assim.

Em ambos discursos, pudemos observar a presença dos espaços como determinantes, ou pelo menos, importantes para o lazer.

Sobre o assunto, a literatura nos aponta que o uso do espaço urbano bem como a construção e a animação dos equipamentos de lazer são pontos cruciais quando pensamos em uma política de lazer seja no âmbito dos interesses físico-esportivos como dos conteúdos culturais. Dessa forma, para que as políticas públicas de esporte e lazer não se limitem à realização de eventos isolados e não em políticas de animação como processo, se faz necessário pensar em algumas questões e uma delas é em uma política de reorganização do solo urbano (MARCELLINO, 2002). Nesse sentido, poderíamos sugerir que a “preocupação” dos gestores com a disponibilização de espaços para o lazer justifica-se no sentido de que os espaços de lazer sejam importantes para que se tenha políticas de animação como processo e não somente eventos.

Ademais, identificamos em algumas entrevistas uma visão salvacionista do lazer, na qual, assim como o esporte, a oferta de lazer é utilizada como instrumento para retirar crianças e jovens que se encontram em situações de risco das ruas. Um exemplo disso, é o discurso realizado pelo G52: Lazer “seria você tirar por exemplo a criança da rua e trazer pra um lugar que eles possam se sentir bem, sem perigo e em cima desse lazer passar a parte educativa também. De não drogas, bebidas”.

Corroborando com mencionado pelo entrevistado acima, observamos que a pesquisa realizada por Moraes *et al.* (2011, p. 138) a respeito da inclusão de jovens em contexto de violência nas políticas de esporte e lazer, “motivada por uma perspectiva de que o esporte e consequentemente o lazer podem contribuir para a redução da exclusão social e, consequentemente também da violência”, buscou trazer fundamentos para o



Programa Nacional de Segurança Pública (PRONASCI/ PELC). De acordo com os autores, nas entrevistas realizadas com os gestores desse programa especificamente quando questionados a respeito de uma relação entre o lazer e a criminalidade, de forma unânime relatou-se que o primeiro pode contribuir para o afastamento dos jovens do mundo das drogas e violência, trazendo assim uma visão instrumental do lazer, na qual ele é capaz de minimizar e ocultar problemas sociais.

Por fim, uma outra questão recorrente que encontramos nas entrevistas, especialmente nas cidades onde os gestores afirmaram realizar as ruas de lazer, foi a ênfase dada ao lazer em família bem como o relacionamento, como podemos ver na citação abaixo:

O lazer acho que ele também tem uma justificativa no meu entendimento similar ao esporte, acho que volta pra questão de relacionamento, volta pro ambiente familiar, trabalhar sempre a família, acho que você tem que oportunizar realmente que a comunidade venha participar [...] (G34).

Retomando as áreas de interesses de lazer explicadas por Dumazedier anteriormente, e destacando a área social, podemos inferir que quando o G34 refere-se às questões de relacionamento, ele esteja considerando os interesses sociais da população em seu momento de lazer. Nesse sentido, embora estejamos focando na percepção do gestor em relação ao lazer, cabe citar nesse momento o estudo apresentado por Marcellino (2003) com o objetivo de ilustrar o interesse social que pode estar presente nas práticas de lazer de alunos de academias. De acordo com o autor, quando os alunos foram questionados a respeito dos motivos que os levaram a frequentarem as academias pesquisadas, em ordem surgiram as seguintes categorias: saúde e condicionamento físico, estética, relaxamento, fazer amigos e encontrar amigos. Assim, foi detectada a vinculação do conteúdo físico-esportivo aos conteúdos sociais, bem como considerada a academia como espaço de vivência cultural e convivência.

CONSIDERAÇÕES

O presente estudo se propôs a identificar e descrever a concepção de lazer dos agentes públicos que atuam na administração do esporte e lazer, em especial dos



secretários ou chefes de departamentos/ fundações de esporte e lazer de municípios do estado do Paraná – Brasil. De modo a justificar a importância de nossa pesquisa, partimos do pressuposto de que o entendimento que o profissional de esporte e lazer, enquanto agente responsável pela elaboração e implementação de políticas nesse segmento, tem sobre seu objeto de trabalho pode ser determinante na sua forma de atuação.

Assim, para iniciar nossa discussão acerca do tema, com o estudo pudemos observar que parte dos gestores entrevistados apresentaram concepções de lazer que foram ao encontro do referencial teórico utilizado, ou seja, a concepção de lazer considerando as variáveis “tempo” e “atitude”. Outra parte dos gestores entrevistados, aproximadamente um terço deles, não expuseram em suas respostas elementos suficientes para enquadrar-se em uma das subcategorias, não responderam à pergunta e/ou apontaram conceitos diferente.

Nesse sentido, observamos que os gestores, de forma geral, tiveram dificuldades para conceituar lazer e recorreram para os exemplos para tentarem apresentar tal definição. Por este motivo, faltaram elementos para classificar seus discursos dentro de alguma das variáveis.

Cabe também esclarecer as limitações da presente pesquisa tendo em vista que esta incumbiu-se da análise de um único tópico da entrevista realizada com os agentes de esporte e lazer dos municípios pesquisados, o que não permitiu uma abrangência mais efetiva da temática. Além disso, é válido ressaltar que quando apresentadas de forma isolada, as dimensões “tempo” e “atitude” trazem uma explicação apenas parcial sobre o entendimento de lazer para os gestores.

Por fim, diante do exposto acima, foi possível perceber, ainda que timidamente, como se dá a concepção de lazer por parte dos gestores esportivos de 68 cidades do estado do Paraná. Acreditamos que identificar como o fenômeno está apresentado, é apenas o primeiro passo para entendê-lo como um todo. Nesse sentido, outras pesquisas devem ser realizadas a fim de estabelecer relações entre as concepções de lazer apresentadas pelos gestores e sua atuação no seu campo de trabalho.



REFERÊNCIAS

- BARDIN, L. *Análise de Conteúdo*. 1. ed. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BOURDIEU, P. *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. São Paulo: UNESP, 2004.
- BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 1988.
- ISAYAMA, H. F.; LINHALES, M. A. Apresentação. In: ISAYAMA, H. F.; LINHALES, M. A. *Sobre Lazer e Política: Maneiras de ver, maneiras de fazer*. Belo Horizonte: UFMG, 2006. p. 7-15.
- MARCELLINO, N. C. *Lazer & Esporte: Políticas públicas*. Campinas: Autores Associados, 2002.
- MARCELLINO, N. C. Academias de ginástica como opção de lazer. *Revista Brasileira Ciência e Movimento*, Brasília, v. 11, n. 2, p. 49-54, jun 2003.
- MELO, V. A. M.; ALVES JUNIOR, E. D. *Introdução ao Lazer*. 1. ed. Barueri, SP: Manole, 2003.
- MENICUCCI, T. Políticas públicas de lazer. In: In: ISAYAMA, H. F.; LINHALES, M. A. *Sobre Lazer e Política: Maneiras de ver, maneiras de fazer*. Belo Horizonte: UFMG, 2006. p. 136-164.
- MORAIS, P. Z. M. de. *et al.* A inclusão de jovens em contexto de violência nas políticas públicas de esporte e lazer: Fundamentos para o programa PRONASCI/PELC. In: ISAYAMA, H. F. *et al.* *Gestão de políticas de esporte e lazer*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011. p. 137-154.
- PADILHA, V. *Tempo livre e capitalismo: um par imperfeito*. Campinas, SP: Editora Alínea, 2000.
- REIS, L. J. A. *Novos atores em cena nos estudos do lazer no Brasil: possíveis diálogos a partir da Teoria Configuracional*. 2009. 178f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Curso de Educação Física, Departamento de Educação Física, Universidade Federal do Paraná, Curitiba – PR, 2009.
- STAREPRAVO, F. A. *Políticas públicas de esporte e lazer no Brasil: aproximações,*



intersecções, rupturas e distanciamentos entre os subcampos político/burocrático e científico/acadêmico. 2011. 422p. Tese (Doutorado em Educação Física) - Curso de Educação Física, Departamento de Educação Física, Universidade Federal do Paraná, Curitiba – PR, 2011.

Contato:

Ana Carolina Belther Santos

Universidade Estadual de Maringá - Maringá - Paraná – Brasil

E-mail: ana_belther_1993@yahoo.com.br